

O SUL DO SUL

Algumas Considerações sobre o Património Abauartado na Fronteira do SE Algarvio

António José Pereira da Costa



Os quatro temas que foram propostos no painel com a denominação em título constituem um método de abordagem absolutamente correcto ao estudo do modo como Portugal e Espanha foram conduzindo a defesa do seu extremo SE durante os séculos XVII a XIX.

A sequência de povos que por aqui se fixaram e a escassez de elementos documentais, de toda a ordem, só permitem especular sobre o modo como as populações, habitando aquém e além Guadiana, utilizaram o rio como fronteira natural, se alguma vez o fizeram, e quais os períodos em que isso aconteceu.

Como ponto prévio estabeleçamos que a topografia desta área não terá sofrido modificações profundas para além de variações maiores ou menores na cobertura vegetal. Os núcleos populacionais hoje existentes serão os herdados do passado e, em alguns casos, de um passado muito remoto. É também provável que as “novas” vias de comunicação terrestres, que tenham sido abertas por cada povo ocupante, tenham procurado seguir as já “antigas” que, por sua vez, tinham o seu traçado ditado pelo ondulado do terreno.

Estamos, portanto, a movimentar-nos num terreno que, topograficamente, pouco evoluiu ao longo dos séculos, o que simplifica o estudo que tenhamos que fazer dele.

Como veremos mais adiante, a ocupação de um território faz-se melhor com uma população activa e laboriosa do que com a simples presença de um exército ocupante, por mais poderoso que seja.

Além disso, ambos os países têm fronteiras não comuns em que o oceano pode revelar-se uma via de saída para todas as formas de comunicação, entre as quais avulta a actividade económica, ao mesmo tempo que se constitui como via de entrada a utilizar por qualquer invasor.

Vejamos o que há a dizer sobre cada perspectiva de abordagem ao tema e, por fim, procuraremos ilustrá-las com situações concretas que decorreram durante os conflitos entre ambos os países.

1.- CONTEXTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA FRONTEIRA SUL

É frequente dizer-se que o Rio estabelece sempre uma ligação entre duas entidades territoriais. Ao facilitar o trânsito de pessoas e bens, quer o consideremos como via longitudinalmente utilizável, quer o consideremos como uma estrada facilmente atravessável, julgamos sempre que será um elo de ligação entre regiões próximas.

Será assim se o Rio atravessa uma área territorial homogénea do ponto de vista político antropológico, económico, etc.. Nesse caso, mesmo que seja caudaloso, largo e irregular nas suas correntes e inundações, ele será sempre mais um elemento de união, por vezes determinante no correr da História do território em estudo.

Porém, casos há em que, pela sua localização geográfica e características físicas, o Rio não liga, antes separa, constituindo-se como um obstáculo de maior ou menor valor táctico e até estratégico, separando dois territórios contíguos. Esta hipótese verifica-se sempre que uma das entidades em presença (povo em migração, exército conquistador, etc.) não conseguiu, ao longo da História, impor-se e subjugar a outra, anexando-lhe o território e/ou fazendo-a recuar e, por fim, integrando-a em si, num processo sempre complexo que a História (escrita e divulgada sempre pelos vencedores) descreve com certa dificuldade, quando não esquece ou “ignora”.

Nesse caso, o Rio passa a ser o que vulgarmente se chama uma fronteira natural que, uma vez definida, tem tendência a ser considerada como uma divisão política entre dois países.

No caso do Guadiana, esta última hipótese começa a materializar-se praticamente desde o alargamento para Sul do Condado Portucalense, embora tenha havido por parte de qualquer dos potenciais beligerantes tentativas de conquista – mais ou menos profundas – do território do outro. Contudo, as características do terreno impuseram a suas regras, condicionando a projecção de forças e, não sendo o potencial bélico suficiente para manter as conquistas realizadas, como dissemos, o rio materializa uma separação e não liga.

É provável que o emprego do Guadiana como obstáculo a utilizar no conjunto de uma postura defensiva ou de apoio à população ali residente tenha começado cedo. Provavelmente durante a ocupação romana, se não antes. Nesta orientação, assinalamos os restos de uma linha de castros na margem direita, entre Alcoutim e Castro Marim.

Podemos aqui referir, só a título de exemplo, que D. Nuno Álvares Pereira, durante a crise política de 1383/85 se desloca para a “Comarca de Entre Tejo e Odiana¹” para a defesa do país, o que sugere a existência para fins defensivos de uma entidade de planeamento cujos limites territoriais se expressavam em dois rios: um que, depois de ter separado, une (pela sua orientação e papel no passado histórico) e outro que pelas mesmas razões separa.

As características físicas do Guadiana foram ditando, através dos tempos, a separação entre duas entidades territoriais contíguas, tendo, cada uma delas, utilizado esta fronteira natural a seu favor, procurando tirar dela o máximo de proveito.

2.- AS DEFESAS DE ALCOUTIM, CASTRO MARIM E AS BATERIAS DO GUADIANA

A defesa da margem direita do Guadiana deve ser conduzida – como em casos idênticos – recorrendo a dois tipos de acção que, completando-se, devem ser aplicados em simultâneo. Um primeiro tipo será caracterizado pela vigilância do terreno e colheita de informações sobre a actividade do inimigo que se movimenta na margem esquerda e o segundo pela montagem de um dispositivo constituído por forças móveis e pontos fortificados que serão ocupados permanente ou, eventualmente, sempre que a ameaça se concretize. A constituição de exércitos permanentes e colocados no terreno, não era bem vista

1 Ver Lopes, Fernão, “Chronica de El-Rey D. João I, o de Boa Memória” (1ª Parte) - Vol. II, Pág. 48. Col. Bibliotheca de Clássicos Portuguezes; Edição de Mello d’Azevedo, Director Literário Conselheiro Luciano Cordeiro; Cota HC - 17355 - P2 da Biblioteca Nacional de Lisboa

pelas populações que, para eles tinham de contribuir com muito do que era seu e a sua manutenção atingia montantes que a coroa não podia suportar. Daí que, terminado o conflito, tivessem de ser desmobilizados, desaparecendo até à próxima situação de tensão...

As forças móveis poderiam ser posicionadas em instalações passageiras (acampamentos ou bivaques) ou fixas (nos pontos fortificados), de forma a poderem acorrer a qualquer local onde seja necessária a sua intervenção. A par disso, as instalações de carácter permanente serão locais onde as populações se abrigarão das acções do inimigo. Estes pontos fortificados devem também desempenhar funções na logística, como depósitos e oficinas de material, concentrações de gado e animais de tiro e outros meios necessários à actividade bélica.

Detectamos facilmente que, no passado, havia uma espécie de interligação entre as localidades mais importantes de um território e a sua capacidade de participar no esforço defensivo. Tal interligação assegurou-lhes a sobrevivência ao longo dos séculos, de tal sorte que, na actualidade, constituem núcleos populacionais por vezes bastante significativos.

Uma coisa, porém, é certa: qualquer dos beligerantes sabe que, se o outro cruzar o rio e estabelecer uma cabeça-de-ponte no seu território, a defesa está seriamente comprometida e o esforço para repor a frente é considerável. Daí que qualquer deles procure sempre transformar o obstáculo que materializa a fronteira em algo de intransponível, recorrendo a medidas activas e passivas.

Para a defesa da margem direita do Guadiana, durante a Idade Média, Portugal procurou utilizar as construções militares pré-existentes e herdadas dos domínios anteriores, nomeadamente do muçulmano. Assim, foi estabelecida uma linha defensiva de fortificações permanentes que se resumiu a Mértola, Alcoutim e Castro Marim.

A solução revelou-se correcta não sendo, talvez por isso, conhecida outra fortificação que desempenhe as funções que atrás referimos. Durante a expansão de Portugal para Sul e até à conquista do Algarve esta linha de fortificações/localidades fronteiriças serviu perfeitamente o fim a que se destinava, sendo prudente admitir que tal se deveu ao facto de nunca ter ocorrido um contra-ataque muçulmano de valor considerável.

Todavia, com o evoluir da situação política foram constituídas duas entidades que, ora se digladiavam, como sucedeu nas Guerras Fernandinas²

² É provável que o campo de batalha se tenha estendido a esta região, uma vez que, em 1369, foi celebrado, em Alcoutim, o tratado de paz entre D. Fernando de Portugal e Henrique de Castela.

ora se respeitavam e cooperavam através das actividades das populações raianas. A evolução da técnica e da táctica determinou que Portugal tivesse de enfrentar um inimigo cada vez mais militarmente evoluído e dominando uma área territorial muito considerável. Falamos da Guerra da Restauração, durante a qual foi compreendido que a defesa do país passava obrigatoriamente pela criação de um dispositivo a nível nacional, de acordo com as novas regras da fortificação e que permitisse uma defesa apoiada em todas as fronteiras nacionais.

Nessa altura, Portugal possuía um bom lote de teóricos e recorreu também a estrangeiros para montar um autêntico rosário de fortificações em todas as fronteiras. Esse sistema defensivo foi aperfeiçoado nos tempos seguintes, nomeadamente durante a Guerra da Sucessão de Espanha e da chamada “Guerra Fantástica” (1762/63), sustentada contra a Espanha, e só terá entrado em declínio após a partida das tropas napoleónicas.

Da análise geográfica que fizemos concluímos que o terreno dita regras. Daí que, numa tentativa de aproveitar as características deste, as fortificações medievais tenham sido frequentemente melhoradas pela introdução de troços e instalações próprias da fortificação abaluartada, como sucedeu em Alcoutim e Castro Marim. Esta última cresceu à sombra de uma fortificação medieval, que foi evoluindo, e adaptou esse crescimento às transformações ocorridas durante a Guerra da Restauração.

3.- O POVOAMENTO COMO DEFESA DO TERRITÓRIO

O Homem foi, é e continuará a ser o único instrumento de combate. Esta redundância traduz a essência da guerra, enquanto fenómeno inerente à condição humana, por mais condenações que se lhe possam fazer. Embora não seja um fenómeno obrigatório, a experiência histórica demonstra que é algo que está sempre latente, mesmo nas regiões onde é suposto nunca vir a acontecer.

É sabido que, por mais pobres que sejam, não há no mundo regiões que não sejam alvo da cobiça humana e que, por mais baixa que seja a respectiva densidade populacional, é sempre problemática passar uma terra à posse de outro povo, sem uma resistência, por vezes intensa dos seus habitantes. Acresce que, a presença de um exército amigo, mesmo em postura defensiva, pressupõe a existência de uma população que o apoie do ponto de vista anímico e, como sucedeu até ao fim século XIX, que o sustente e lhe facilite as principais funções logísticas, fornecendo-lhe os chamados “recursos locais”.

Por outro lado, os estudos relativos à guerra subversiva, levados a cabo na segunda metade do século XX, demonstram que esta forma de conflito é, essencialmente, uma disputa do apoio voluntário e colaborante da população ou pelo menos de uma parte muito substancial dela, o que confirma quão fundamental é a ocupação humana num território.

O binómio população residente/exército defensor deve, por consequência, ser garantido sempre que se pretenda negar ao inimigo ou adversário a posse de um dado território. Podemos, por isso, afirmar que a presença de população é sempre o elemento-base para a posse de um dado território, em tempo de paz, de tensão ou de confronto.

Há também quem tente invocar os direitos de posse de um território com base na tradição ou em antecedentes históricos, por mais concretos que sejam. Esta teoria tem vindo a perder aplicabilidade e sofreu o derradeiro golpe na Conferência de Berlim (1884/85) que estabeleceu que as colónias de África detidas pelos países europeus só seriam reconhecidas como tal se a respectiva ocupação fosse efectiva.

Sabemos que, durante muito tempo, este vértice SE do país era uma região tida como inóspita. É provável que tal se devesse à possibilidade de incursões bélicas não tanto por parte dos habitantes da região vizinha, mas por parte de forças desembarcadas de várias nacionalidades, especialmente as oriundas do Norte de África, já que as condições climatéricas não seriam muito diferentes das de outras regiões do Algarve, que não “beneficiavam” daquele anátema. Há mesmo notícias de ocupações de povos invasores da Península terem utilizado esta região com bons proveitos.

Não conhecemos o desenho do contorno da costa nas imediações de Castro Marim, mas será lícito admitir que, em épocas mais remotas, a embocadura do Guadiana seria uma via fácil para atingir aquela localidade e de progressão para montante. Nesta conformidade, houve que materializar a ocupação, primeiro com a atribuição das terras a uma ordem monástica – a Ordem de Cristo, sucessora da malograda, mas muito agressiva Ordem dos Templários – e que nela fixou a sua sede numa acção que visava garantir a materialização da ocupação militar e incrementar o desenvolvimento. Alcoutim, o outro ponto forte para a defesa do território, foi atribuída em 1304 à Ordem Militar de Santiago. No fundo, estamos em presença de uma ocupação militar permanente bem conseguida, fiel e com custos pouco elevados para a coroa.

A fixação de população foi tentada através de sucessivas medidas administrativas – os forais – que criavam autonomia, dinamizando a vida das po-

pulações. Parece que estas medidas não foram suficientes, pelo que Castro Marim foi considerado como local de degredo ou de homiziação de quem aqui se quisesse “fixar”. Outro tanto terá sucedido até a Tavira, no momento da concessão do foral de 1266, por D. Afonso III.

A última tentativa, e bem-sucedida, foi a construção de uma localidade mais próxima da foz do rio que, num processo violento acabou por resultar numa progressiva vila, talvez por beneficiar de um melhor acesso ao mar. Vila Real de Santo António foi tomando a dianteira a Castro Marim, mais em função da sua acessibilidade do que da sua capacidade defensiva, que aliás, só foi testada uma vez e com êxito.

4.- A DEFESA DA COSTA ATLÂNTICA

A defesa da costa atlântica constitui um caso particular do raciocínio que há pouco desenvolvemos. Efectivamente, o mar, embora constitua um obstáculo de valor considerável, concede sempre ao atacante uma certa capacidade de manobra que lhe permite abordar qualquer ponto da costa para a realização dos seus desembarques. Além disso, o mar do Algarve é normalmente pouco agitado, o que reduz a sua capacidade para dificultar a acção do inimigo, no momento do desembarque.

Daqui resulta que os navios inimigos, lentos nos seus deslocamentos à vela ou a remos, podem ser sempre observados a partir de terra e os defensores deverão deslocar-se ou pré-posicionar-se, sempre que tal seja possível, em locais onde o desembarque se possa materializar com maior probabilidade.

Embora não seja possível criar uma barreira de fortificações totalmente intransponível ao inimigo ou que, no mínimo, o obrigue sempre a combater se quiser desembarcar, houve, a dado passo (Guerra da Restauração), que criar um certo número de fortificações implantadas em locais favoráveis para que se atingissem as seguintes finalidades: garantir a protecção dos navios mercantes ou de pesca nacionais que navegassem na proximidade da costa, constituir bases de apresto e para a permanência das tripulações dos navios de guerra que saíssem a “correr a costa”, prover à protecção das populações costeiras, perante as forças desembarcadas e evitar o desembarque das forças inimigas nos locais que, pela suas características físicas, se tornem mais indicados para a manobra inimiga. Pela leitura do dispositivo que foi montado, ao longo dos séculos, sabemos hoje que a observação e o seguimento dos potenciais navios inimigos não foram descurados, sendo possível criar um sistema

de alerta, constituído por torres de vigia, que permitiria a quem tivesse como missão a defesa da costa Sul, saber para onde iam os navios inimigos ou adversários e tomar as medidas defensivas correspondentes, obviamente com os meios disponíveis.

5.- NO TEMPO DO ABALUARTADO...

Dissecados os temas propostos, tentemos ver como se passaram as coisas no período que começa em 1640. Consumado que foi o golpe de estado e iniciada a revolução que ditou a separação entre Portugal e Espanha, a defesa do país foi considerada uma prioridade. A fronteira era muito longa e permeável a um contra-ataque espanhol, em quase toda a sua extensão. Ainda no mês de Dezembro de 1640 é tomada uma decisão absolutamente crucial: é constituído o Conselho de Guerra cuja finalidade era o apoio à decisão Real e a condução de todo o tipo de acções inerentes à defesa do território. É também constituída a Tenência da Artilharia e reactivados os Bombardeiros da Nómima, numa tentativa de serem melhorados os meios materiais e humanos de defesa do território, numa área que já se havia afirmado como fundamental nos exércitos do tempo.

a.- AS DEFESAS DE ALCOUTIM E CASTRO MARIM

Não conhecemos os estudos que levaram à adaptação das fortificações de Alcoutim e Castro Marim, nem por quem foram conduzidos. Podemos, contudo, constatar que se saldaram pela ocupação dos chamados pontos importantes³ e pelo prolongamento das muralhas medievais com panos de muralhas no novo tipo de organização do terreno, que tinha vindo a implantar-se já desde o início do Séc. XVI.

Embora os fortificadores do tempo tivessem grande preocupação em salvaguardar a regularidade das fortificações construídas, é indesmentível que procuravam sempre tirar partido do terreno onde tinham que as implantar, procurando torná-las mais robustas e inacessíveis ainda que de traçado irregular.

Este procedimento está patente no modo como as fortificações abaluartadas se ligam com as medievais – melhorando o seu traçado – e se implan-

3 Em linguagem táctica entende-se por ponto importante todo aquele que concede uma nítida vantagem a quem o possuir.

tam no terreno, procurando proteger a totalidade do agregado populacional e, acima de tudo, negando ao inimigo a possibilidade de dominar pontos que possam pôr em perigo a defesa da fortificação ou da localidade.

Este objectivo é atingido na fortificação de Alcoutim que, além de potenciar a defesa contra ataques directos, parece querer negar ao inimigo a possibilidade de obter êxitos através de ataques terrestres lançados por forças desembarcadas a montante ou jusante da vila. Este facto pode considerar-se demonstrado, tanto pelas plantas de José de Sande Vasconcelos (Séc. XVIII), como pela planta de 1822 da autoria dos Capitães do Nacional e Real Corpo de Engenheiros João Damasceno da Cunha (Machado Pinto) e José Feliciano Farinha, como pela Colecção dos 23(?) Mappas de Praças, Fortalezas, Baterias e Postos do Rio Guadiana e da Costa do Algarve, copiada do Arquivo Militar⁴.



Fig. n.º 1 – Planta de Alcoutim, em que é visível parte de San Lucar de Guadiana (José de Sande Vasconcelos).

4 Documentos s/data, mas indiscutivelmente dos anos vinte do Séc. XIX dada a sua semelhança com os de Feliciano Farinha e João Damasceno Cunha datados dos primeiros meses de 1822. Cota 3/47/AH3-7/1586 do Arquivo Histórico Militar

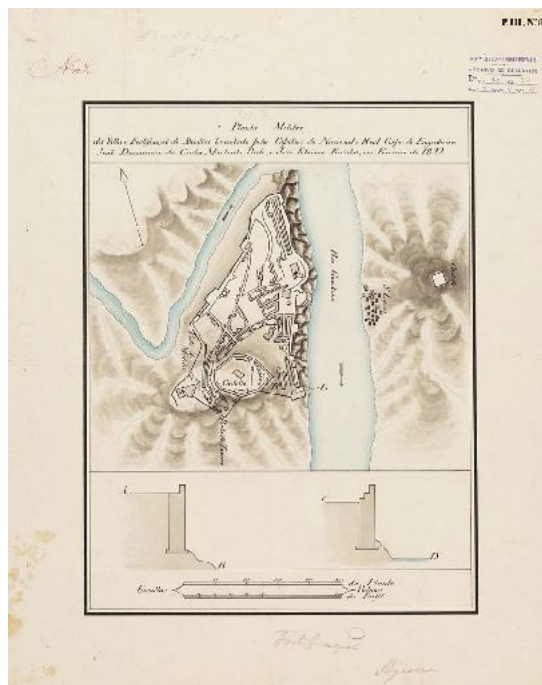


Fig. n.º 2 – Planta de Alcútem, e de San Lúcar de Guadiana (João Damasceno da Cunha (Machado Pinto) e José Feliciano Farinha).

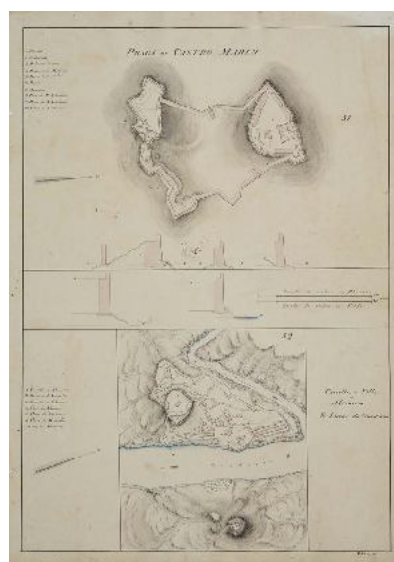


Fig. n.º 3 – Planta de Alcútem, e de San Lúcar de Guadiana (Colecção de Mapas copiada do Arquivo Histórico Militar de Portugal).

Em Castro Marim, a defesa foi reforçada de um modo diferente, uma vez que uma grande parte do tecido urbano foi deixada fora das novas muralhas, (admitimos que por exigência da população), como mostram as plantas de que dispomos (Séc. XVIII e seguintes). Todavia, parece que decorreram, em Abril de 1764, estudos conduzidos por alguém cujo nome não ficou para a História, com vista à melhoria do traçado das muralhas. As profundas alterações a introduzir na organização das áreas edificadas e o preço elevado a que as obras propostas ficariam devem ter desaconselhado a introdução desta “melhoria”, a par do fim da Guerra Fantástica.

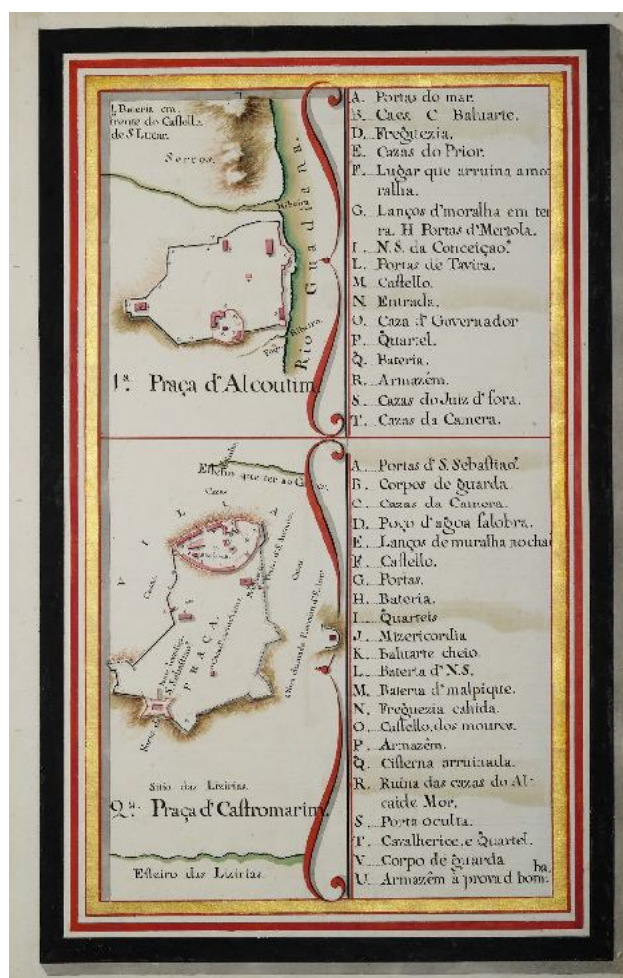
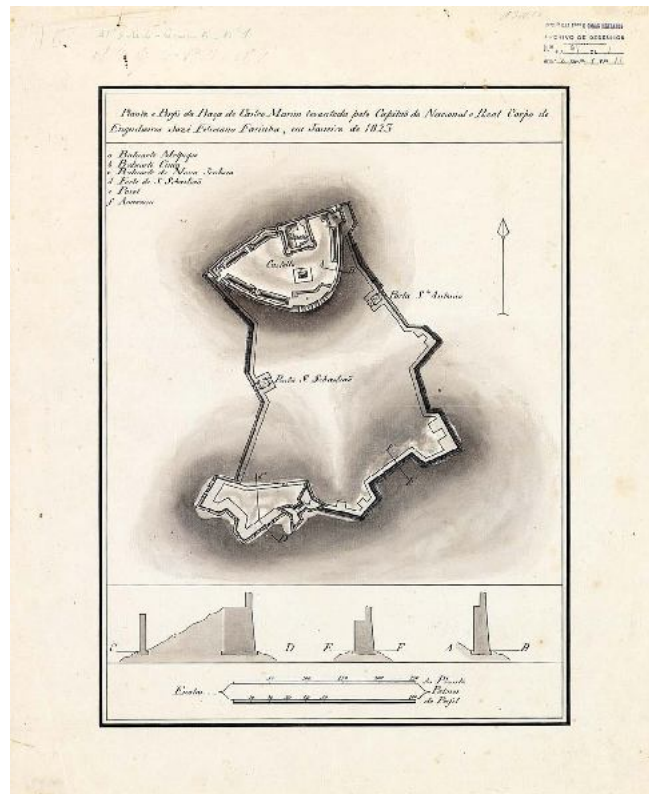


Fig. n.º 4 – Planta de Castro Marim e de Alcoutim (José de Sande Vasconcelos).



Na constituição do dispositivo defensivo avulta a utilização dos talhos das salinas e das áreas inundáveis, em ligação com a implantação das fortificações que se dispersam à volta da praça. Assim é possível que a Vila não esteja defendida por um fosso, dispositivo de utilização quase obrigatória nas fortificações do Séc. XVII. Esta solução vai intensificar-se até ao início do Séc. XIX com os estudos desenvolvidos por Eusébio de Sousa Soares sob orientação do Marquês de Ternay⁵.

As obras realizadas durante a Guerra da Restauração são robustas e no sector que olha o Norte foram bem aproveitadas as muralhas medievais em conjugação com o terreno inclinado, particularmente difícil para a progressão das forças inimigas. Pensa-se que o largo espaço interior junto ao Forte de S. Sebastião poderia funcionar como área para abrigo da população em insta-

5 Charles-Gabriel d'Arsac, Marquês de Ternay (2 Julho 1771, Castelo de Ternay - 4 Julho 1813, Portalegre), engenheiro e topógrafo francês ao serviço de Portugal, integrado na equipa do Marquês de La Rozière, contratado no reinado da D. Maria I, em 1799.

lações provisórias. Este forte poderia funcionar como reduto final, juntamente com o chamado “Castelo Velho” funcionando como cidadela⁶, no momento da rendição.



Fig. n.º 6 – Planta de Castro Marim (Planta de 1764 de autor desconhecido).

A ocupação dos pontos importantes está também patente no desenho que as muralhas abaluartadas vieram a ter e em estudos, realizados sob orientação José de Sande Vasconcelos, acerca da necessidade ou vantagem da ocupação e fortificação do morro onde Duarte d'Armas desenhou a força.

b.- EM VILA REAL, UMA OUTRA SOLUÇÃO

A defesa de Vila Real de Santo António está enquadrada numa outra solução para outra situação tática. O terreno é plano, arenoso e não há edificações medievais que possam ser aproveitadas ou que dominem o obstáculo à movimentação do inimigo. A Vila é essencialmente comercial e piscatória e a possibilidade de a cercar com muralhas abaluartadas, como mandava a tática,

⁶ Ver a definição de “cidadela” em PIMENTEL, LUÍS SERRÃO, “Método Lusitano de desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares”, Lisboa 1680, edição em fac-símile da Direcção do Serviço de Fortificações e Obras do Exército/DAE, Lisboa, 1993.

tica do Séc. XVII, está fora de questão. Em sua substituição, optou-se por uma ligação à praça de Castro Marim materializada pela Bateria da Carrasqueira. Em caso de ataque, o acorrer de forças, vindas da retaguarda, à linha de costa era fácil e, portanto, a defesa passou a assentar num conceito mais dinâmico, constituído a partir de quatro baterias – Carrasqueira, Pinheiro, Medo Alto e Ponta da Areia – que bateriam com artilharia ligeira, mas de tiro mais rápido, o espaço visível à sua frente. A Bateria da Ponta da Areia seria a mais forte e funcionaria também como depósito logístico e centro de resistência final. Sabemos que assim não foi e que ficou apenas construído um dos seus baluartes, servido por uma pequena instalação logística. A Bateria do Medo Alto era, de todo o sistema defensivo a que melhores resultados poderia obter em termos de alcance, dada a sua posição um pouco mais elevada.

Foi assim constituído um dispositivo que não colidia com a actividade diária da Vila, barato e de reacção rápida que virá a ser testado durante a Guerra das Laranjas, como veremos.

c.- ESTUDO DO “INIMIGO” E DO TERRENO

Como se disse, o conhecimento das acções do hipotético inimigo é fundamental na constituição do dispositivo defensivo. A observação à distância é muito insuficiente e só a observação “in loco” pode produzir informação totalmente credível. Não conhecemos actividades nesta área – reconhecimento ou espionagem – conduzidas durante as guerras da Restauração, da Sucessão de Espanha ou da Guerra Fantástica, especialmente no sector de que nos temos vindo a ocupar. O reconhecimento podia ser levado a efeito através de viagens, sob várias coberturas: actividade comercial e contrabando, passeios e visitas a pessoas ou entidades conhecidas ou amigas, sem que fosse levantada a menor suspeita do observado. Já a espionagem daquele tempo incidia sobre a observação do dispositivo militar montado, sobre o estudo da postura das unidades militares e do apoio logístico de que pudessem dispor, para além da observação do estado anímico das populações e das tropas.

Neste âmbito, detectámos no processo individual de José de Sande Vasconcelos, numa exposição em que, já Brigadeiro (desde 22 de Abril de 1797), resume a sua vida profissional. Assim, sabemos que em 3 de Março de 1803, tinha requerido a cedência de duas cavalgaduras para o reconhecimento do campo inimigo e de batalha do Guadiana. A pretensão é indeferida, talvez porque pudesse agravar as relações diplomáticas entre os dois países que ainda não seriam as melhores.

Temos também notícias de outra acção de Sande Vasconcelos no âmbito do reconhecimento/espionagem quando, na referida exposição, alude a uma actividade que podemos considerar próxima da espionagem ao reconhecer toda a costa de Espanha em frente deste Reino 9 léguas tirando as plantas do Castelo de San Lucar com evidente perigo, da praça de Ayamonte, o Forte das Angústias e todas as suas fortalezas. Existe, no Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar/Direcção de Infra-estruturas do Exército um trabalho topográfico denominado Fortes de Ayamonte, planta da autoria Sargento-mor José de Sande Vasconcelos. Não está datado, mas os detalhes e exactidão do desenho revelam facilmente que o topógrafo reconheceu o terreno, observando as actividades de manutenção que decorriam. Tendo sido colocado no Algarve em 1772, o reconhecimento às posições espanholas deverá ter-se realizado durante um período de cerca de 12 anos que termina em 2 de Outubro de 1784, data da sua promoção a Tenente-coronel. Não conhecemos qualquer dificuldade de relacionamento entre os países ibéricos que justificasse esta acção.

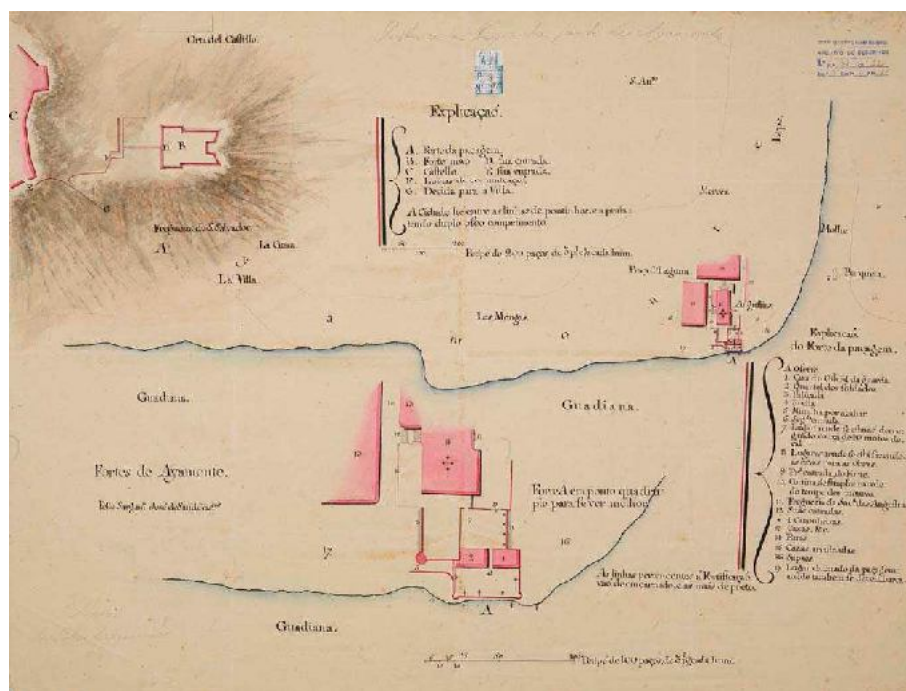


Fig. n.º 7 – Planta do reconhecimento de Sande Vasconcelos a Ayamonte (1772-1784).

Mas a actividade de estudo do potencial inimigo não terá ficado por aqui. Conhecemos também uma planta que abrange ambas margens do Guadiana, em frente de Alcoutim, na qual o castelo de San Lucar vem assinalado na sua posição correcta, embora descrito com pouco pormenor. É mais uma planta bastante detalhada, porém imprecisa do Sargentomor Engenr.º Jozé d'Sande Vas.cos⁷.

Além disso, em Abril de 1793, o então coronel Sande Vasconcelos realizou, com uma equipa de seis discípulos, entre os quais encontramos o 1.º Ten.te Engro Balthazar de Azevedo Cont.º., um MAPPA⁸ HIDROGRAFICO DA COSTA DO R.no D'ALG.e/ compreendida entre as barras de Guadiana e de Tavira com a sonda da altura do mar, baxos, e bancos, athe a distancia/do alcance dos tiros de artilheria de ponto em branco mandado tirar geometricamente por ordem do Conde de Val de Reys Gor. e Capm./ General do Rno. D'Alge., onde se representa toda a costa desde o rio de Castro Marim até à fortaleza de S. João da Barra de Tavira e, da parte de Espanha, desde Aiamonte até à povoação da Figueirita, com sondas ao longo da costa algarvia e do rio Guadiana e na Barra da Figueirita e com duas vistas panorâmicas de Ayamonte uma “da parte do Guadiana e outra da parte do esteiro”, e outra da Figueirita.

Estamos no início da Campanha do Rossilhão⁹, cujo desenvolvimento não foi favorável a Portugal e em breve começarão a surgir atritos com a Espanha numa espécie de agitação larvar, um pouco por toda a parte, que se estendeu às áreas costeiras. Podemos, por isso, supor que haveria uma certa desconfiança que levava a que o aliado fosse tido como possível adversário.

7 “Praça de Alcoutim pello Sargentomor Engenr.º Jozé d'Sande Vas.cos”; papel (50 x 35 cm) Doc. 305-1-8A-96; Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar/Direcção de Infra-estruturas do Exército.

8 Instituto Geográfico Português (Referências e descrição sumária do Catálogo de Cartas Antigas): CA 249 color., em papel. 2 133 x 741 mm. Além das referidas no corpo do texto contem ainda os seguintes detalhes: “Feito e desenhado pelo Corel. Jozé de Sande Vascos., e seos discipulos: O cadte. Pedro Stuart, o P. Ba. Domingos Ant.º de Castro, P.Ba. Jacinto Alexe. Travassos, o C. Jose Justiniano Henriques, o Aspa. Franco. Xer. dos Reis, (...). “Petipé del hum quarto legoa, e 113 braças (ou de 800 braças) = 126,5 mm.

Da parte de Portugal: Com abundantes notas explicativas sobre a construção da carta (obtenção das sondas), estado das barras e suas mudanças, altura das marés, lugares das cheias, bancos de areia e tipos de embarcações que podem entrar pelas barras de Mértola, Aiamonte e Figueirita. Em particular dão-se preciosas indicações sobre a barra de Tavira. Vila Real de Santo António, Aiamonte e Figueirita estão representadas pelos seus arruamentos, dando-se sobre elas explicações pormenorizadas, indicando-se também proprietários de prédios urbanos e de fazendas”.

9 O contingente português embarcará em Setembro de 1793 e Portugal é aliado da Espanha e da Inglaterra contra a França.

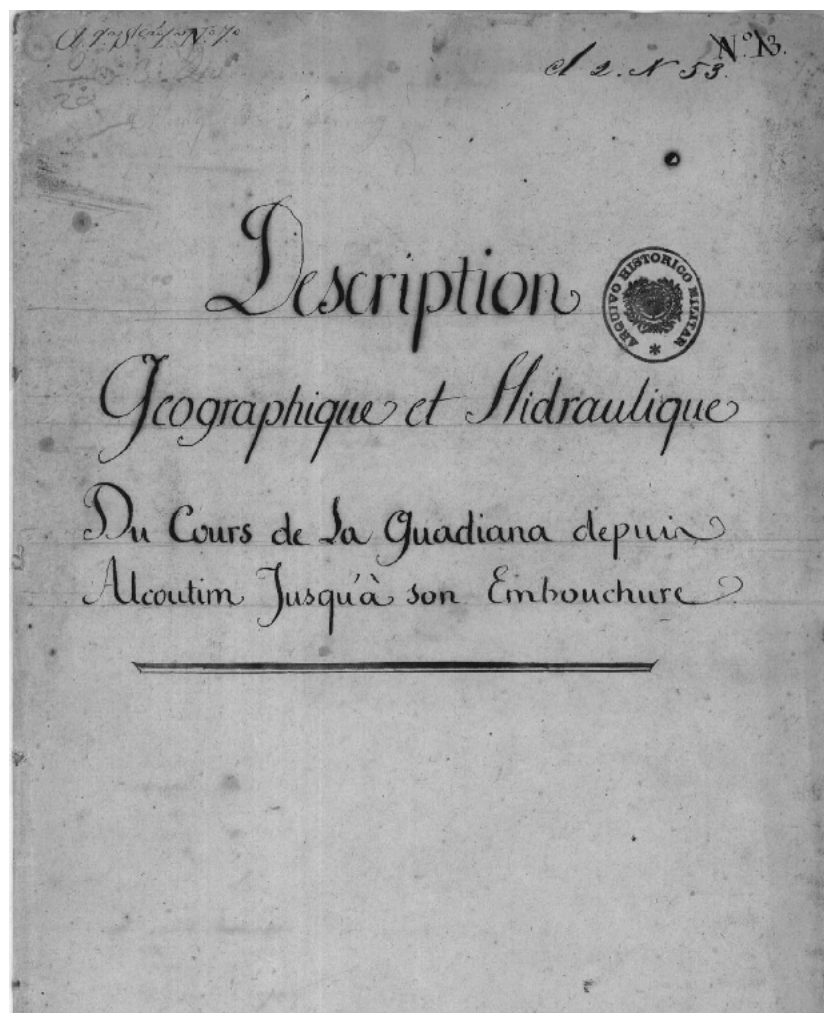


Fig. n.º8 – Frontispício do “caderno de campo” do reconhecimento ao Rio Guadiana, pelo Marquês de Ternay

Mas o reconhecimento do terreno era também uma prioridade. O Marquês de Ternay realiza um reconhecimento e estudo do Guadiana, entre Alcoutim e a “embocadura” do Rio. Não é possível determinar a data¹⁰ deste trabalho topográfico, do qual só dispomos do “caderno de campo” e cuja disposição,

¹⁰ Sabemos que o Marquês terá entrado em Portugal por volta de 1799 com o posto de tenente-coronel de cavalaria e que progrediu na carreira militar em Portugal. Desse modo, podemos afirmar que o reconhecimento terá tido lugar no início da sua actividade ao serviço de D. Maria I.

para os meios gráficos disponíveis ao tempo, temos de considerar eficazmente curiosa. Relativamente à margem esquerda parece sugerir que o observador não penetrou em território estrangeiro, recorrendo até a referências na margem direita para assinalar certos pormenores que se encontram na margem oposta. O documento de que dispomos é detalhado na descrição das características do fundo e da corrente do Rio, provavelmente para o utilizar como obstáculo. Embora considere improvável tal hipótese, na sua qualidade de defensor de passagem dos rios recorrendo a pontes de barcas¹¹, admite a possibilidade



Fig. n.º9 – Um folha do “caderno de campo” do Marquês de Ternay relativa ao reconhecimento ao Rio Guadiana.

11 O seu estudo relativo à ligação de Castro Marim a Vila Real de Santo António inclui três pontes deste tipo e outras duas na melhoria das capacidades da Bateria do registo. No estudo que determina ao tenente Eusébio de Sousa Soares inclui duas de barcas e duas de alvenaria.

de tal suceder e admite que, como contramedidas, deveriam ser constituídas represas que, abertas subitamente, poderiam produzir um aumento súbito da velocidade e caudal da corrente que destruisse as pontes em lançamento.

Cabe aqui referir o trabalho do então Primeiro-tenente do Real Corpo de Engenheiros Euzébio de Sousa Soares. Este oficial foi colocado em Castro Marim com a finalidade de pôr em condições de defesa a Bateria do Registo e criar uma área de estacionamento para dois batalhões. Esta área veio a ser na região de S. Bartolomeu e a ser da maior utilidade na reacção ao ataque espanhol e à movimentação das forças portuguesas. Não sabemos quais eram as suas relações profissionais com o Marquês de Ternay, mas, em 1804 produziu um estudo determinado por este oficial com vista à construção de um canal (com duas secções) que envolveria a vila de Castro Marim, sensivelmente, pelo sector NW. Foram-lhe impostas algumas regras a observar, nomeadamente no que respeita ao número e características das pontes sobre os esteiros e que o canal deveria ficar com um nível de água constante. Sousa Soares resolve a questão a contento e, no mesmo documento, estuda a ligação a Vila Rica de Santo António em termos realistas e não num devaneio topográfico como o marquês fizera. As duas facetas do estudo são estudadas com profundidade e rigor, de tal sorte que, embora o canal para isolamento da vila não tivesse sido construído, a ligação entre os dois núcleos populacionais está bastante próxima do traçado da Estrada Nacional n.º 122-6, que hoje utilizamos.

Finalmente, analisemos um documento que não se pode considerar como de reconhecimento, mas antes um estudo sobre o campo de batalha visível à frente da posição defensiva ou até a preparação de uma prancheta de tiro. Trata-se de uma planta anónima e que podemos considerar que vai na linha de defesa mais dinâmica a aplicar em Vila Rica de que já falámos. É um trabalho de certa precisão e pormenor em que são apresentados três triângulos, tendo as bases definidas pelas quatro baterias que defendiam a Vila e tendo como vértices opostos, respectivamente, o Baluarte das Angústias, um ponto na margem esquerda do Esteiro de Canelas e a Torre (Torre del Pino de Canela). As medidas estão expressas em braças e foram certamente calculadas pela resolução de triângulos, com base nos ângulos adjacentes às bases, medidas com rigor na face ribeirinha da Vila. Estamos perante um cálculo aproximado das alças a introduzir nas peças se se pretendesse bater pontos importantes, já em território inimigo, e ao mesmo tempo, a procurar definir as alças máximas para bater o obstáculo à frente da posição. Não sabemos se este documento foi utilizado no combate de 8 de Junho de 1801, mas tem algumas semelhanças gráficas com a Carta militar oferecida a S. A. R. o Príncipe Regente Nosso Sen-

hor (...) Pelo Capitão do Real Corpo dos Engenheiros Balthazar de Azevedo Coutinho (...) 1801, em que o ex-aluno de José de Sande Vasconcelos relata de modo muito esclarecido e engenhoso, o modo como foram derrotadas as barcas artilhadas que saindo de Ayamonte pretendiam preparar o desembarque de infantaria espanhola.

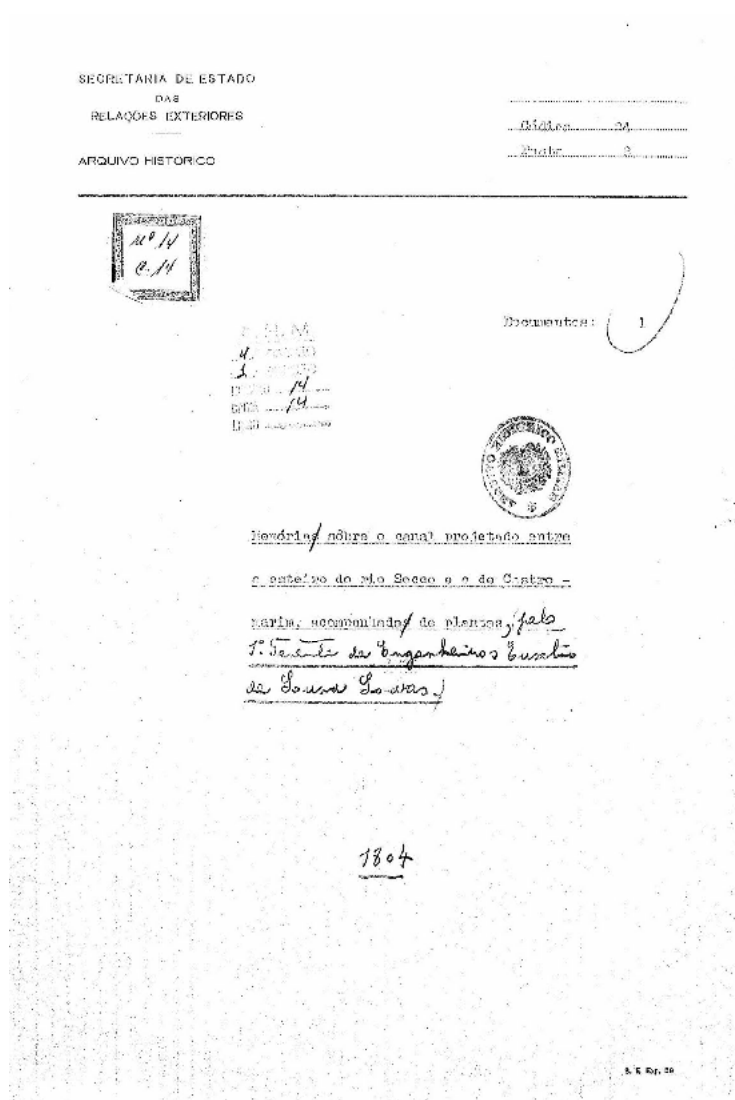


Fig. n.º 10 – Capilha do estudo de Eusébio de Sousa Soares sobre a construção de um canal para protecção de Castro Marim.

Tabela
Das pedreiras, e pertences para outra Ponte de Barcas, projectada no Estreito dos Carraqueiros.

Barcas	Numero	28	
	Comprimento	23 ^h	
	Largura	8 ^h	4 ^h
	Altura	5 ^h	
	Intervallo entre as ditas	16 ^h	4 ^h
Negolas	Numero	122	
	Comprimento	7	
	Largura	28 ^h	4 ^h
	Altura	5 ^h	6 ^h
Brachos	Numero	337	
	Comprimento	25 ^h	
	Largura	13 ^h	
	Altura	2 ^h	
Ancaes	Numero	56	
	Peso de cada um em toneladas	6	
Orçãos		28	
Portadouras		28	
Arraças	Numero	66	
	Comprimento	41 ^h	
Preços	Para pagamento	392	
	Comprimento	8 ^h	
	Para o balcão	1145	
	Comprimento	4 ^h	
Bracos de Cabo	Para o balcão	67	
	Comprimento	43 ^h	
	Para o pagamento	73	
	Comprimento	24 ^h	
Contraventos	Numero	268	
	Comprimento	23 ^h	

Pela

Fig. n.º 11 – Estudo de Eusébio de Sousa Soares sobre a construção de um canal para protecção de Castro Marim (Tabela de materiais necessários à construção de uma ponte de barcas).

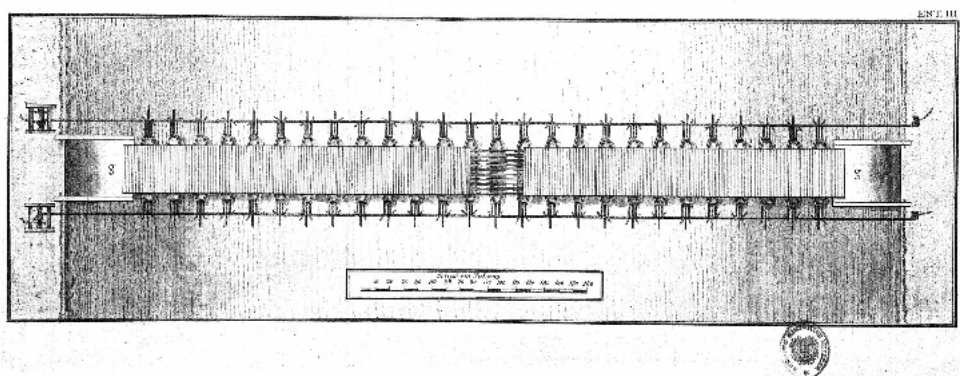


Fig. n.º 12 – Estudo de Eusébio de Sousa Soares sobre a construção de um canal para protecção de Castro Marim (Vista de uma ponte de barcas).

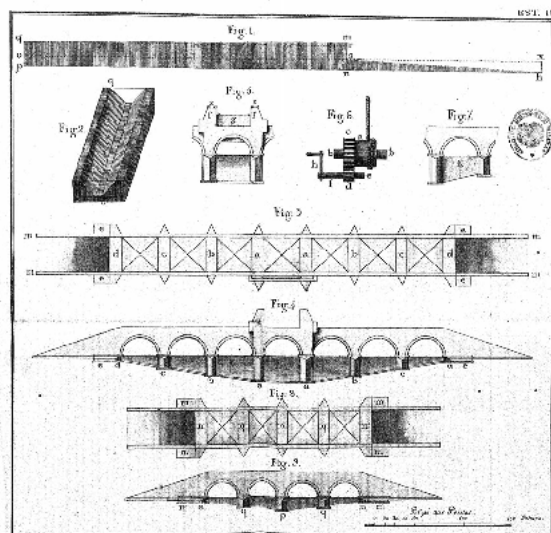


Fig. n.º 13 – Estudo de Eusébio de Sousa Soares sobre a construção de um canal para protecção de Castro Marim (Tipos de pontes a construir no canal).

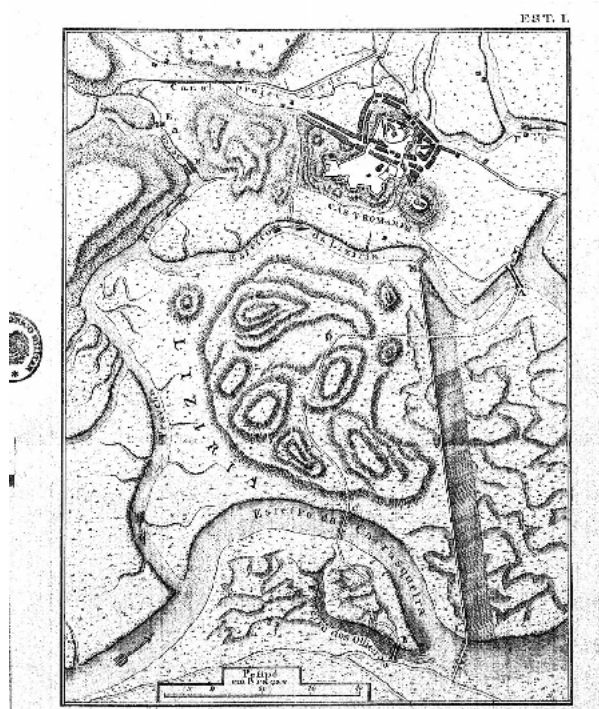


Fig. n.º 14 – Projecto de Marquês de Ternay para a ligação de Castro Marim a Vila Real de Santo António.

Neste canto do país, foram implantadas duas baterias de artilharia que, no fundo, têm missões idênticas às de Vila Real. Ambas já constam numa colectânea do então Tenente-coronel José Sande Vasconcelos, o que significa que foram construídas antes de 1784, e, tal como elas são abertas pela gola e estão construídas “à barbete”, como sucede em muitas fortificações vocacionadas para a defesa marítima. Deste modo, a manobra das peças torna-se muito mais fácil, uma vez que qualquer peça pode ser colocada em qualquer ponto da plataforma, emergindo logo sobre o parapeito e a respectiva entrada em bateria, após o tiro pode ser feita pelos respectivos serventes ou outro pessoal, militar e até civil que esteja próximo.

Dispomos de reproduções muito exactas das Baterias de Monte Gordo e do Cabeço, porém mais tardias, e diferentes das de Sande Vasconcelos. São datáveis de 1822 e fazem supor que terão sido alvo de obras que lhes alteraram as formas e a posição das estruturas de apoio (quartel e armazém de pólvora).

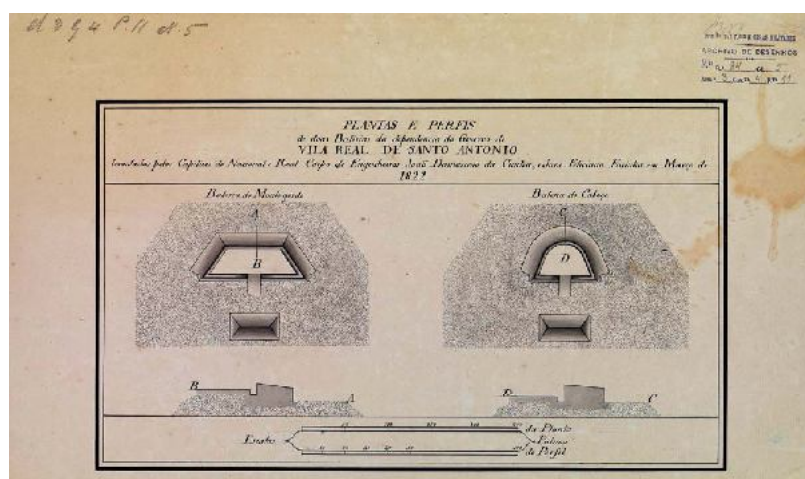


Fig. n.º 16 – Planta das baterias de Monte Gordo e do Cabeço (Março de 1822).

Estão representadas, embora de forma rudimentar, dada a escala utilizada, no mapa que resume a acção de 8 de Junho de 1801. Dondese conclui que estavam guarnecidas e artilhadas. No caso específico da de Monte Gordo havia mesmo um Esquadrão de Cavalaria de Olivença muito próximo e que provavelmente poderia vigiar a linha de costa a Leste e Oeste da bateria. Seria a primeira força empenhada em caso de desembarque que pretendesse envolver os defensores de Vila Real e Castro Marim.

O combate de 8 de Junho de 1801 magistralmente está resumido num mapa, na escala aproximada de 1/18.000, da autoria do ex-aluno de José de Sande Vasconcelos, Balthazar de Azevedo Coutinho. Posteriormente, em 13 de

Junho de 1806, o Governador da Praça (de Vila Real) ao tempo dos acontecimentos, José Lopes de Sousa, escreve uma descrição do combate que esclarece o mapa de 1801. Da junção dos dois documentos concluímos o dispositivo montado –fixo e móvel – para fazer frente ao ataque e a maneira como a manobra terrestre se executou. Ficamos a conhecer o papel de Euzébio de Sousa Soarese a vantagem que derivou para a defesa da utilização de baterias artilhadas com peças de pequeno calibre, mas tiro mais rápido em oposição às peças montadas em barcaças, mais pesadas, mas de difícil manobra e serviço.

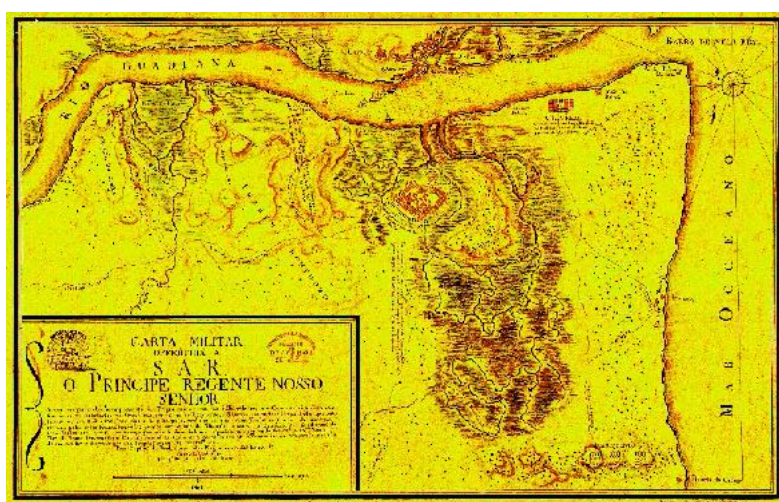


Fig. n.º 17 – Mapa que resume a acção de 8 de Junho de 1801 de Balthazar de Azevedo Coutinho.

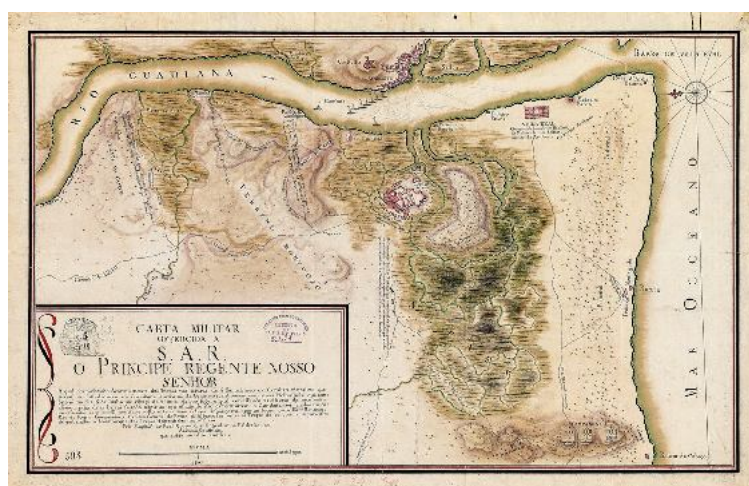


Fig. n.º 18 – Mapa que resume a acção de 8 de Junho de 1801 de Balthazar de Azevedo Coutinho.

Bibliografia

ALMEIDA, JOÃO DE, “Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses (III Volume)”, Edição do Autor, Lisboa, 1948.

BARRENTO, ANTÓNIO EDUARDO QUEIROZ MARTINS, “Guerra Fantástica – 1762”, Edição Tribuna da História, (Rua Pinheiro Chagas 38-1º Dtº 1050-179, Lisboa), Col. Batalhas de Portugal, Maio de 2006; ISBN 972-8799-47-0; Dep. Legal n.º 242894/06.

CAVACO, HUGO R. R., “Pelos Praias de Arenilha e Mares de Monte Gordo”, Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, Junho de 2007.

Correia, José Eduardo Horta, “O Algarve em Património”, Edição Gente Singular Editora, Mem-Martins, Maio de 2010.

CoSta, António José Pereira da, Castro Marim – “Dos Fortes Reza a História”, Edição: Gente Singular Editora, Lda., Rua Gonçalo Velho, 90 | 8700-478 Olhão, Execução: Tipografia Tavirense, Lda., Rua Maria Campina, BI B, Lt 4 C/V Dtª 8800-041 Tavira, 2012. ISBN 978-989-8314-13-0. Dep. Legal 346892/12.

CoSta, António José Pereira da, “À defesa da Vila Real”, Edição: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, Execução: Gráfica Comercial, Setembro de 2011. ISBN 978-972-8009-22-9. Dep. Legal 332862/11.

TOSCANO, António Mira e MARTIN, Juan Villegas “La Torre de Canela, una Almenara del Siglo XVII”, in XIII Jornadas de Historia de Ayamonte – 2009, ed. Ayuntamiento de Ayamonte, 2009.

VENTURA, ANTÓNIO, “A Guerra das Laranjas, a Perda de Olivença (1796 – 1801)”, Editora Prefácio, (Rua Pinheiro Chagas 19-1º 1050-174, Lisboa), Col. História Militar – Série Batalhas e Campanhas; 2004; ISBN 972-8816-26-X Dep. Legal n.º 206369/04.

Instituto Geográfico do Exército (Serviço Cartográfico do Exército), Coleção de Cartas Topográficas na escala 1/25.000 – Série M – 888.